



**A SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL DE
SERGIPE (1951-1955) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE/BRASIL**

**THE PHYSICAL EDUCATION SECTION OF THE STATE
COLLEGE OF SERGIPE (1951-1955)**

**LA SECCIÓN DE EDUCACIÓN FÍSICA DE SERGIPE STATE
COLLEGE (1951-1955)**

Adriana de Andrade Santos¹
Josefa Eliana Souza²

DOI: 10.54751/revistafoco.v15n4-008

Recebido em: 10 de Outubro de 2022

Aceito em: 08 de Novembro de 2022



RESUMO

O estudo em tela consiste em uma pesquisa no campo da História da Educação que objetiva investigar, a partir da Reforma Capanema (1942-1961) elementos da prática de Educação Física no Colégio Estadual de Sergipe, durante a gestão de Maria Thétis Nunes (1951-1955). O levantamento das fontes foi realizado no acervo documental da Universidade Federal de Sergipe (UFS), nos bancos de dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Ao analisarmos, a legislação educacional vigente, ofícios que tratam de portarias de rescisão, admissão e substituição de professores lotados na seção de Educação Física, registrados no Livro de Correspondências Expedidas e Recebidas salvaguardado no CEMAS, constatamos algumas ações da dirigente Thétis Nunes em prol da supradita seção, como solicitação e aquisição de novos materiais. Para a produção deste estudo, optamos por dialogar com Alves (2005, 2015); Castellani Filho (2000); Dantas Júnior (2008) e Santos (1999).

Palavras-chave: Colégio Estadual de Sergipe; Maria Thétis Nunes; Reforma Capanema; seção de educação física.

ABSTRACT

The study in question is a research in the field of History of Education which aims to investigate, from the Capanema Reform (1942-1961) onward, elements of the practice of Physical Education in the State College of Sergipe during the administration of Maria Thétis Nunes (1951-1955). The sources were collected at the Federal University of Sergipe document collection, in the Higher Education Personnel Improvement

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Avenida Marechal Rondon Jardim s/n, Rosa Elze, São Cristóvão - SE, CEP: 49100-000. E-mail: drikaduda1996@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. R. Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901. E-mail: elianasergipe@uol.com.br

Coordination (CAPES) Theses and Dissertations databases, and in the Education and Memory Center of the Atheneu Sergipense (CEMAS). All backed up by the analysis of the educational legislation in force, letters dealing with dismissal ordinances, admission, and substitution of teachers working in the Physical Education section, recorded in the Book of Sent and Received Correspondences kept at CEMAS, we found some actions by the director Thétis Nunes in favor of the aforementioned section, such as the request and acquisition of new materials. For the production of this study, we chose to dialogue with Alves (2005, 2015); Castellani Filho (2000); Dantas Júnior (2008) and Santos (1999).

Keywords: Capanema Reform; Maria Thétis Nunes; physical education section; State College of Sergipe.

RESUMEN

El estudio en pantalla es una investigación cualitativa, bibliográfica e histórica que tiene como objetivo investigar elementos de la práctica de la Educación Física en el Sergipe State College durante la administración de Maria Thétis Nunes, de 1951 a 1955. El relevamiento de fuentes se realizó en el fondo documental de la Universidad Federal de Sergipe, en las bases de datos de Tesis y Disertaciones de Capes y en el Centro de Educación y Memoria del Atheneu Sergipense (CEMAS). Respaldando el análisis de la legislación educativa vigente, cartas que traten los decretos de cese, admisión y reemplazo de docentes adscritos a la sección de Educación Física, inscritos en el Libro de Correspondencias Enviadas y Recibidas resguardado en el CEMAS, encontramos algunas acciones de la directora Thétis Nunes a favor de la mencionada sección, como la solicitud y adquisición de nuevos materiales. Para la elaboración de este estudio optamos por dialogar con Alves (2005, 2015); Castellani Filho (2000); Dantas Júnior (2008) y Santos (1999).

Palabras-clave: Escuela Estatal de Sergipe; Maria Thétis Nunes; Reforma Capanema. sección de educación física.

1. Introdução

A Reforma Gustavo Capanema, que esteve em vigor nos anos de 1942 a 1961, teve como foco determinar o ensino dividido em dois ciclos: 1º Ciclo Ginásial, de quatro anos de duração, e o 2º Ciclo, com os cursos Clássico (priorizando as humanidades) e Científico (enfatizando as ciências exatas), distribuídos em três anos. Havia ainda o Ensino Técnico (Comercial, Agrícola, Industrial) e o Ensino Normal.

Desse modo, o presente trabalho propõe-se a investigar elementos da prática da Educação Física em estabelecimento de ensino secundário, tendo como foco o Colégio Estadual de Sergipeⁱ durante a gestão da professora Maria Thétis Nunes, no período de 1951 a 1955.

Para alcançar esse objetivo, analisamos ofícios com solicitações de materiais necessários para as aulas, como também correspondências que trataram de portarias de rescisão, admissão e substituição de professores lotados na seção de Educação Física, registrados no Livro de Correspondências Expedidas e Recebidas, salvaguardado no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMASⁱⁱ, nas pacotilhas de solicitações de materiais.

Para a produção desse estudo, optamos por dialogar com autores como Castellani Filho (2000), que trata a respeito da Educação Física no Brasil, e Dantas Júnior (2008), ao investigar as práticas das referidas aulas em Sergipe, fazendo uso de uma retrospectiva histórica que nos ajuda a desmistificar algumas afirmações sobre a prática da Educação Física nas escolas.

Ao focar na instituição de ensino secundário Atheneu Sergipense, os estudos de Alves (2005 e 2015) inferem a importância social e educacional daquela “Casa de Educação Literária”, sendo, portanto tomado como lócus investigativo, neste artigo, o que a autora esclareceu sobre as práticas de Educação Física.

No que diz respeito ao ensino secundário sergipano, recorreremos à análise e à interpretação de Mendonça (1958), a partir da exposição dos aspectos geoeconômicos e socioculturais de Sergipe, levantados por meio do Projeto CAPES 448/CBPE 24-26.

Além disso, alicerçamo-nos na contribuição de Schwartzman; Bomeny; Costa (2000), com a obra intitulada “Tempos Capanema”, que retratou a personalidade, a figura de Gustavo Capanema, ministro da Educação, e uma época administrativa sob os moldes da reforma educacional de ensino empreendida por ele.

Quanto a aspectos da vida e atuação de Maria Thétis Nunes, Santos (1999) informa a saída dela da cidade, de Itabaiana para a capital Aracaju, a vida estudantil no Colégio Atheneu Sergipense e sua formação na Faculdade de Filosofia da Bahia, depois da qual retornou para Aracaju, assumindo a função de diretora do Colégio Estadual de Sergipe.

2. Reforma Capanema e o ensino de educação física

A Reforma Capanema, efetivada em 1942, na gestão do ministro Gustavo Capanema, objetivou contemplar a legislação educacional do ensino secundário, possibilitando aos discentes ingressos no ensino superior. A reforma

consagra a divisão entre o ginásio, agora de quatro anos, e um segundo ciclo de três anos, com a opção entre o clássico e o científico. Ao fim de cada ciclo haveria um 'exame de licença', nos moldes, pelo menos em intenção do baccalaureat francês, que garantiria o padrão nacional de todos os aprovados. Além disto, uma série de cursos profissionalizantes deveria existir no nível do segundo ciclo, como opção para os estudantes que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades. Desta forma, os cursos ginásiais, obedecendo a um programa mínimo comum em todo o país, e controlados pelo ministério, também funcionariam como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio. Isto, para o ministro, viria concorrer para a maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá como finalidade apenas conduzir ao ensino superior (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 207).

Conforme noticiou Gustavo Capanema em telegrama enviado à direção do Atheneu Sergipense, os cursos clássicos e científicos tinham direitos iguais para ingresso no ensino superior e preparação literária e científica tanto num como no outro, suficiente e adequada aos estudos superiores de qualquer modalidade.

Os estabelecimentos de ensino denominaram-se ginásios, aqueles que ministravam o curso Ginásial (Curso de Primeiro Ciclo), e Colégios, aqueles que dispunham dos dois cursos: Científico e Clássico (Cursos de Segundo Ciclo).

De acordo com o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que regulamentou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, compunham o quadro de disciplinas do curso ginásial de ensino as que seguem:

- I. Línguas:
 1. Português;
 2. Latim;
 3. Francês;
 4. Inglês;
- II. Ciências:
 5. Matemática;
 6. Ciências naturais;
 7. História geral;
 8. História do Brasil;
 9. Geografia geral;
 10. Geografia do Brasil;

III. Artes:

11. Trabalhos manuais;
12. Desenho;
13. Canto orfeônico (BRASIL, 1942).

Logo, as seguintes disciplinas compunham o quadro curricular dos cursos clássico e científico:

I. Línguas:

1. Português;
2. Latim;
3. Grego;
4. Francês;
5. Inglês;
6. Espanhol;

II. Ciências e filosofia:

7. Matemática;
8. Física;
9. Química;
10. Biologia;
11. História geral;
12. História do Brasil;
13. Geografia geral;
14. Geografia do Brasil;
15. Filosofia;

III. Artes:

16. Desenho (BRASIL, 1942).

Constata-se que a Educação Física não integrava o quadro de disciplinas. O Capítulo IV da lei orgânica do Ensino Secundário faz menção a ela no Art. 19 compreendendo-a como “uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (BRASIL, 1942).

Para Corrêa (2008, p. 222) a Educação Física escolar constituiu-se “pelas intenções histórica, social, político, educacional e cultural”. Neste contexto, a Educação Física, na época, no Atheneu Sergipense, era entendida como uma seção, uma vez que não integrava a grade curricular, como acusa a Circular nº 6, datada de 24 de outubro de 1951, enviada pela diretoria do Colégio Estadual de Sergipe a Cândido Araújo dos Santos, inspetor federal da Instrução Pública.

Ao tratar da frequência escolar da instituição, a mencionada Circular relata: “A frequência inferior a 75 % no total das disciplinas da série ou nas seções de Educação Física é impeditiva de prestação da prova oral, em qualquer época” (LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS (1950-1970) – CEMAS).

Contudo, apoiada no discurso médico-higienista, a Educação Física

entrou nas escolas brasileiras incentivando, inicialmente, a prática da ginástica. As atividades desenvolvidas baseavam-se “na anatomia e fisiologia do movimento, com o intuito de ser um procedimento a ser adotado como hábito para toda a vida” (GUIMARÃES, 2016, p. 58). Esse autor também atesta que a Educação Física era tida como componente curricular e aparecia como atividade complementar e não como disciplina que compunha o currículo das escolas.

Em um dos relatórios de fim de ano, datado de 14 de janeiro de 1952 encaminhado pela direção do Colégio Estadual de Sergipe ao professor João Evangelista Cajueiroⁱⁱⁱ então diretor do Departamento de Educação à época, notoriamente, com quem a diretora Thétis Nunes despachava, foram arroladas as muitas precariedades existentes na principal instituição de ensino secundário do Estado: problemas estruturais no prédio; alto índice de reprovação e evasão escolar; falhas no sistema educacional vigente, visto que prevalecia o predomínio do ensino teórico e um curso primário mal formulado; a ineficiência e despreparo de profissionais locados na área educacional, principalmente no tocante à Educação Física, sem falar da defasagem salarial dos docentes.

Vale destacar acerca do espaço físico em que a instituição estava alocada. No ano de 1950, o Colégio Estadual de Sergipe foi instalado em novo prédio, na Praça Graccho Cardoso (Imagem 1), disponibilizando ali os cursos clássico e científico, conforme determinação da legislação. O curso ginásial permaneceu sendo ministrado no prédio situado na Avenida Ivo do Prado, denominado carinhosamente por seus alunos de “Atheneuzinho^{iv}”.

Para a diretora Thétis Nunes, que acabara de assumir o cargo em edifício construído para o ensino secundário, a instituição apresentava-se como um prédio inacabado, carente de adaptações, e que não suportava a capacidade dos 849 alunos. Fazendo-se assim necessária a construção de novos salões, pois os existentes não comportavam o número considerável de matrículas, que chegavam a 51 alunos por turma.

Ainda de acordo com o relatório da direção, a falta de um local apropriado para a prática dos exercícios físicos seria outro item de reclamações por parte do supra referido Inspetor Federal junto ao Atheneu Sergipense e dos pais das moças matriculadas na instituição, haja vista que as jovens, devido à falta desse

espaço, expunham-se “aos ditos de quem passasse pela rua” como mostra a imagem 1. A nova sede do Atheneu foi construída e entregue à população no Governo de José Rollemberg Leite, em uma quadra “entre as ruas Monsenhor Silveira, a oeste; Vila Cristina, a leste; e Campos, ao sul. Foi também construída na porção norte a praça que recebeu o nome, em merecida homenagem, do Dr. Graccho Cardoso” (FRANCO, 2015, p. 175). A supracitada autora notabiliza que o projeto arquitetônico também previa a construção de outras alas além das que foram entregues em 1950.

Imagem 1: Frente do Colégio Estadual de Sergipe.



Fonte: Acervo do IHGSE.

Já a imagem 2 abaixo revela ainda que não havia no colégio uma área coberta na parte interna da instituição, na qual os alunos pudessem recrear. Para amenizar a falta desse espaço, foi solicitada em relatório a cobertura das dependências. No tocante à quadra de esportes, sugeria a atuante diretora do aproveitamento do antigo campo de esportes Adolfo Rollemberg, pelo fato deste situar-se próximo à instituição, como também por ser o local que, na planta do estabelecimento, figurava-se como estádio.

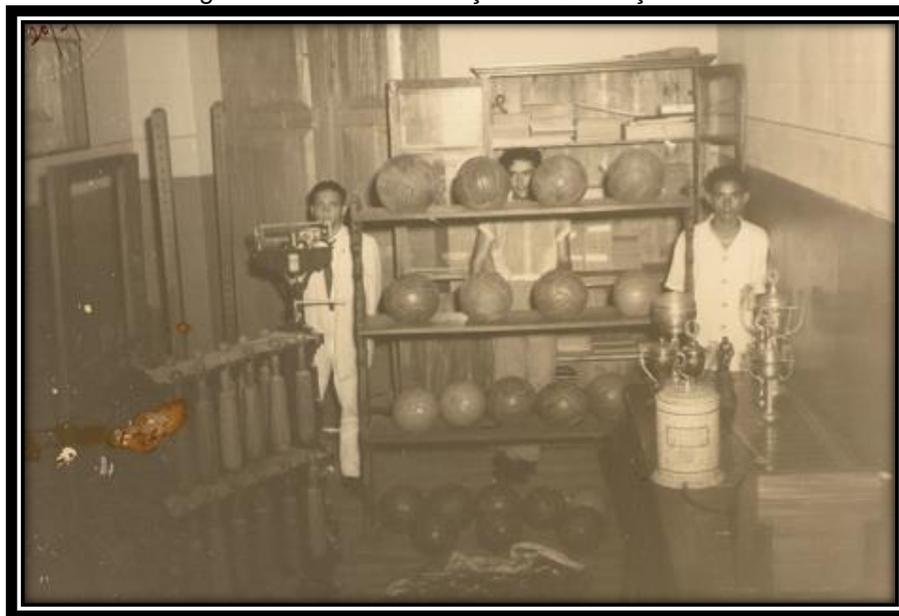
Imagem 2: Pátio do Colégio Estadual de Sergipe.



Fonte: Acervo do IHGSE.

A diretora Thétis Nunes, no intuito de contornar a falta da quadra, requereu que fosse realizado um aterro parcial do terreno lateral do colégio, além da construção de muros no entorno da instituição, a fim de resguardar a figura das jovens alunas. Solicitou também materiais para a seção de Educação Física, justificando que esta tinha poucos utensílios, e entre estes, alguns estavam imprestáveis para as atividades a que seriam destinados, como revela a imagem 3.

Imagem 3. Materiais da seção de Educação Física.



Fonte: Acervo do IHGSE.

A imagem 3, datada de 1949, faz referência à sala de guarda dos materiais utilizados nas práticas de Educação Física e dos troféus do Atheneuzinho. Trata-se de materiais reaproveitados no novo prédio e pela nova gestão. Por esta razão, Thétis Nunes solicitou em ofício datado de 2 de abril do ano de 1952, destinado ao secretário do Departamento de Educação, a compra de novos materiais como: fardos, pesos esféricos, medicine ball^v, pelotas, bolas de estopa, cronômetros, justificando que os disponíveis no Colégio para as práticas de Educação Física encontravam-se imprestáveis.

3. Maria Thétis Nunes: uma vida, uma história

Maria Thétis Nunes natural da cidade de Itabaiana, residente da rua do Cisco, atualmente rua 13 de Maio, filha de José Joaquim Nunes e Maria Anita Barreto. A mãe de Thétis Nunes foi uma mulher de poucos estudos, porém “sensível, organizada, racional e objetiva” (SANTOS, 1999, p. 74), que criou seus três filhos com muita labuta e amor.

Nascida em 6 de janeiro de 1923, Thétis Nunes mudou-se, aos 11 anos de idade, para a capital sergipana, trazendo consigo sua mãe, seus irmãos Fernando, que viria a se formar posteriormente em Direito, e Maria Emília, que se tornaria uma normalista após cursar a Escola Normal. Sua avó, Dona Emília,

acompanhou-os nessa jornada, pois era o braço direito da família, mulher de características dócil e amável, que tanto mimava Thétis Nunes, deixando-lhe fazer peripécias; em outras palavras, fazer o que a neta mais gostava que “era subir em árvores”, assim afirma (SANTOS, 1999, p. 83).

Concluiu o ensino fundamental no ano de 1939, no Colégio Estadual de Sergipe. Em 1942 prestou vestibular na Faculdade Católica de Filosofia, no estado da Bahia, foi aprovada no primeiro lugar no exame de admissão, e recebeu o título de Bacharel em Geografia e História do Brasil no ano de 1945. Foi aprovada no concurso para professor catedrático do Colégio Estadual de Sergipe, nesse mesmo ano, no intuito de “exercer o cargo de professor catedrático padrão S^o, da Cadeira de Geografia Geral, do Colégio Estadual de Sergipe”, segundo afiança (SANTOS, 1999, p. 108), por meio da apresentação da tese intitulada A Civilização Árabe: sua influência na Civilização Ocidental de 90 páginas. Essa tese se encontra disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia [Campus Ondina].

Thétis Nunes foi aluna do ensino secundário, professora catedrática de História Geral, e em 15 de dezembro de 1951 foi nomeada diretora do Colégio Estadual de Sergipe por indicação do então governador do Estado à época Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955).

4. Atheneu Sergipense sob a direção de Maria Thétis Nunes: o ensino de educação física

O Colégio Atheneu Sergipense foi fundado em 24 de outubro de 1870, por meio do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Sergipe. Esse regulamento foi organizado por Manuel Luiz Azevedo d’Araújo - diretor geral da Instrução Pública, na época. Quando de sua criação, o Atheneu ofertava à população sergipana dois cursos: o de Humanidades, distribuído em quatro anos, e o Normal, com duração de dois anos.

Deve-se ressaltar o seu funcionamento ininterrupto até os dias atuais. Essa instituição de ensino dispõe de um acervo documental extenso e bastante rico, colocado à disposição de historiadores e pesquisadores, por meio da iniciativa da Profa. Dra. Eva Maria Alves Siqueira, que, ao concluir o doutorado,

imperioso foi

organizar a aglomeração massa documental que tão alto grau serviu para o êxito da minha pesquisa. Destarte, apresentei, no ano de 2005, o projeto “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense-CEMAS” à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe-FAPITEC (naquele ano denominada FAP/SE), que, após sua aprovação financiou a exposição comemorativa fez brotar o CEMAS (ALVES, 2015, p. 23).

Nos dias hodiernos, a cultura patrimonial escolar vem sendo centro de discussões, principalmente no palco dos estudos da História da Educação. O que foi e é produzido nesses espaços de aprendizagens, em especial a vasta documentação, relata ou nos revela o desenvolvimento e as ações de uma determinada sociedade em uma dada época. Acerca disso, Terezinha Oliva, professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, compreende o patrimônio cultural como sendo “um conjunto de bens materiais e imateriais, representações de formas do vivido que os grupos sociais produzem, valorizam e transmitem. Neles as coletividades se reconhecem; com eles se identificam” (OLIVA, 2015, p. 44).

Toda instituição, seja ela de esfera pública ou privada, dispõe de documentos escolares oficiais, como “correspondências, ofícios e requerimentos, diários oficiais, relatórios, levantamentos estatísticos, pareceres, decretos” (VIEIRA, 2013, p. 71), além de trabalhos escolares de alunos, livros utilizados por estes, cadernos, memórias contidas em autobiografias, diários de professores contendo a frequência destes e dos alunos, e notas, que podem e devem ser utilizados como fontes por pesquisadores.

Estão inseridas na categoria desses espaços de aprendizagens as instituições escolares. Quanto a isso, Vieira assevera que a

[...] escola, como expressão maior das instituições escolares, desenvolve-se a partir da relação entre sujeitos participantes do processo social, político e cultural. É uma instituição que produz e é produzida a partir da história dos seres humanos e, como tal, reveste-se de sentido e de propósito (VIEIRA, 2013, p. 65).

Convém salientar que a rede escolar sergipana naquela época dividia-se em pré-primária, primária e secundária. O governo regulava três

instituições de ensino: Colégio Estadual de Sergipe, Instituto Pedagógico Rui Barbosa e a Escola Técnica de Comércio de Sergipe.

O Estado de Sergipe apresentava, no ano de 1952, uma população de 661.591 habitantes, três unidades de ensino pré-primário em Aracaju (para crianças de quatro a seis anos), 755 unidades de ensino fundamental comum (curso de quatro anos para crianças de 7 a 12 anos), 12 estabelecimentos de ensino secundário, três de ensino comercial, seis de ensino normal e quatro de ensino superior, conforme aponta Mendonça (1958).

Os níveis de ensino seguiam as prescrições do Plano Nacional de Educação. O ensino pré-primário

seria uma atribuição da família e de escolas privadas, com participação eventual dos poderes públicos, voltado principalmente para crianças pobres ou cujas mães tenham que trabalhar. O ensino primário ficava como atribuição dos estados, havendo possibilidades de diferentes padrões em diferentes estados. A participação da União seria somente supletiva e regulamentadora, exceto nas zonas de imigração estrangeira, onde a União deveria ter uma ação muito mais direta. Havia, ainda, a exigência de que os diretores de escolas particulares fossem sempre brasileiros, assim como pelo menos a metade dos professores (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 200-201).

No tocante ao ensino secundário, o plano preconizava sua divisão em dois ciclos: um fundamental, com duração de cinco anos; e outro complementar, com duração de dois anos. Tinha por finalidade formar a personalidade do adolescente, socializá-lo, adaptando-o às exigências da sociedade; isto é “formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo das humanidades antigas e humanidades modernas e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 208-209).

Logo, de acordo com os dados apresentados por Mendonça (1958), o estado possuía, no ano de 1953, uma unidade escolar federal, 441 estaduais, 275 municipais, e 97 particulares. A capital sergipana contava apenas com três unidades de jardim de infância. Quanto ao ensino supletivo, este era “ministrado nos cursos de Educação de Adultos, em escolas particulares, geralmente

pertencentes a instituições sociais e subvencionadas pelos poderes públicos e nos cursos noturnos mantidos pela Prefeitura Municipal de Aracaju” (MENDONÇA, 1958, p. 75-76).

Já no ano de 1955, afirma Mendonça (1958) que o Estado contava com 44 unidades de ensino de nível médio, as quais atendiam um número estimado de 5.360 alunos matriculados, 21 das quais eram unidades de ensino secundário:

(16 do ciclo ginasial e 5 do ciclo colegial: 4 do curso científico e 1 do clássico); 7 de ensino comercial (2 do curso básico e do curso técnico); 7, de ensino normal; 7, de ensino industrial, e 2, de ensino agrícola (1 do curso de iniciação e 1 do curso de mestría (MENDONÇA, 1958, p. 76).

Para Mendonça (1958), as 21 escolas secundárias sergipanas da época apresentavam as mesmas características e falhas, como também os mesmos aspectos negativos de outras instituições do país. Desse total, cinco eram mantidas pelo Estado, e as demais eram particulares.

Mendonça (1958, p. 77) atesta ainda que essas instituições dispunham da “mesma impossibilidade de atender eficientemente os objetivos de cada um dos cursos, especialmente, quanto ao encaminhamento dos alunos à aquisição de um instrumental de trabalho”. Isto posto, fica evidente que tais problemas não eram exclusividade do Colégio Estadual de Sergipe.

Assim sendo, vale destacar que entre as fontes examinadas pertencentes ao CEMAS, identificamos 11 pacotes, seis dos quais são constituídos por livros e cinco por folhas avulsas que abrangem o período de 1951 a 1955. Compreendem, notadamente, estes documentos: dois relatórios de final de ano, três solicitações de propostas orçamentárias, uma cobrança de relatório da Instrução Pública Federal e uma proposta orçamentária de fim de ano em que constam solicitações diversas para a seção de Educação Física, todos assinados por Thétis Nunes, como diretora do Colégio Estadual de Sergipe.

Segundo a diretora Thétis Nunes, a inexistência de materiais adequados e a substituição constante de professores faziam com que os exercícios físicos não alcançassem sua real finalidade. Corroborando com sua fala, Mendonça (1958) também infere a respeito do motivo de tal disciplina não alcançar sua real

finalidade.

Para esse autor, a pouca importância conferida à Educação Física se dava, possivelmente, pelo desconhecimento “prático de suas finalidades educativas ou no ceticismo quanto aos resultados, pelo modo formal de que se reveste essa atividade nas escolas, a qual, por mal orientada, não produz as consequências desejadas” (MENDONÇA, 1958, p. 122).

Ademais, a sociedade não a compreendia como “uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica” (SILVA & SILVA, 1998, p. 61).

No Atheneu Sergipense, a Educação Física, como já supramencionado, não integrava o conjunto das disciplinas, porém, apresentava-se como dispositivo legal, uma vez que a frequência inferior a 75 % nessa seção seria impeditivo de prestação da prova oral em qualquer época, uma maneira de obrigar o aluno a comparecer às atividades.

Na visão de Herold Junior (2008), a educação do corpo surge com a modernidade, e juntamente com esta, a preocupação em cuidar do corpo. Essa preocupação vira “alvo de cuidados, de prescrições nutricionais, de usos de vestimentas e de exercícios cuidadosamente selecionados” (HEROLD JUNIOR, 2008, p. 57).

Em virtude disso, esse grau de educação foi pensado pelo sistema privado para os filhos das famílias abastadas, sendo divulgado e efetivado nas escolas públicas somente no século XIX. Com a prática da educação física, buscava-se exercitar o corpo e desenvolver os músculos; buscava-se o belo, o forte, sem nenhum princípio educativo.

Pelas documentações analisadas, identificamos alguns nomes de professores alocados na Seção de Educação Física do Colégio Estadual de Sergipe, entre os anos de 1951 a 1952, tais como: José de Gois Peixoto; Edilberto Reis Cunha; Maria Ester Lima de Azevedo; Terezinha Hadman Mota; Paulo Silva Mendonça; Maria de Lourdes Menezes; Luiz Barbosa; Adalberto Campos Silva; José Carlos Freire de Calazans; Moacir Barreto Sobral; Teófilo Corrêa Dantas; Virgínia Dias Góes; Teresinha de Jesus Santana e Clovis Sobral.

Outro elemento identificado diz respeito à carga horária das práticas de

Educação Física, que era desenvolvida em quatro aulas semanais. Os contratos vigoravam por um ano, e os professores recebiam como vencimentos a quantia de CR\$ 400,00 mensais, ou até CR\$ 300,00 por mês, a depender do acordo com o governo.

Guimarães (2016, p. 58) salienta que os militares, ou as pessoas formadas por estes, foram os responsáveis por transmitir os conhecimentos da área, a fim de “fortalecer a saúde, dar ao corpo solidez e harmonia, e contribuir com a higienização e eugeniação do povo”. A palavra eugeniação é um termo criado por Francis Galton em 1880. E derivado do grego e significa bom em sua origem ou bem nascido (DEL CONT, 2008).

Menezes (1997), afiança que a Educação Física no Brasil surge atrelada à forte influência dos militares:

A criação das Escolas Militares de Educação Física, contribuíram com a divulgação e ampliação na atuação da Educação Física no cotidiano de alguns Estados brasileiros. Bons exemplos: são a criação no Rio Grande do Sul, da Sociedade de Ginástica de Porto Alegre, a fundação do Jôquei Clube do Rio de Janeiro e em seguida do de São Paulo e a criação da União de Ginástica Alemã, também em São Paulo (MENEZES, 1997, p. 15).

Reforçando a assertiva de que a Educação Física foi influenciada pelos militares, Menezes (1997, p. 16) afirma que “foram mesmo os militares que desenvolveram esforços mais efetivos no sentido de sistematizar a formação profissional”. Tanto que, em 1922, eles fundam o Centro Militar de Educação Física, a fim de “ministrar cursos preparatórios de três meses para oficiais e sargentos” (MENEZES, 1997, p. 16).

Todavia, os civis também se preocuparam com a formação do profissional de Educação Física. Não é à toa que o deputado Jorge de Moraes enviou, em 1905, um projeto que visava à formação desses profissionais. Embora esse projeto tenha sido aprovado, não foi concretizado, conforme nos atesta Menezes (1997).

Além da forte influência conferida pelas instituições militares que agregavam a essa disciplina à educação do físico, à saúde corporal, a Educação Física brasileira também teve suas entranhas eivadas pelos princípios positivistas. Foi compreendida desde o século XIX, de acordo com Castellani

Filho (2000),

como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país que, saindo da sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida (CASTELLANI FILHO, 2000, p. 39).

Portanto, a falta de capacitação desses profissionais na área em questão possivelmente seria um dos motivos de eles migrarem de atividade, principalmente na seção de Educação Física do Colégio Estadual de Sergipe. Outro motivo era o baixo valor do salário pago a esse pessoal, como podemos visualizar a posteriori no Ofício nº 63, de 12 de março de 1952, emitido por Thétis Nunes solicitando

de V. S as necessárias providências a fim de que sejam contratados os seguintes Monitores: Therezinha Hardman, José de Góis Peixoto, Paulo Silva Mendonça, José Carlos Freire de Calazans e Moacir Barreto Sobral, todos para lecionarem duas turmas de Educação Física, com quatro aulas semanais, recebendo Cr\$ 400,00 mensais, bem como no período de férias. Estes contratos vigorarão a partir de 10 de março do ano corrente e terão a duração de um ano, correndo as despesas pela verba 3,32-8.33.1-15 (Correspondência Expedida (1950-1970) – CEMAS).

Para Thétis Nunes, o alto custo de vida daquela ocasião obrigava o profissional provedor de família a se desdobrar para cobrir o orçamento doméstico, ocupando as vezes mais de um cargo. Um exemplo disso é o que nos sinaliza o Ofício de nº 65, de 13 de março de 1952, quando ela propõe que o aspirante a oficial Teófilo Correa Dantas fosse designado para lecionar Educação Física sem que seus serviços na corporação fossem prejudicados e que ele deveria ser gratificado de acordo com o parecer do governador do Estado.

A propósito, a admissão de profissionais de outras áreas para ministrar aulas de Educação Física seria outro possível motivo das substituições nessa seção, como nos revela Silva (2018, p. 186), ao relatar que

Antonio Paixão fez um curso de Educação Física, com duração de seis meses, com o objetivo de atuar no magistério. O fato o levou a ministrar aulas no Colégio Estadual Atheneu Sergipense e no Instituto de Educação Ruy Barbosa como professor da cadeira de Educação Física, durante cinco anos, quando ainda era aluno de medicina (SILVA, 2018, p. 186).

Uma vez que competia ao professor de Educação Física

dirigir, orientar os exercícios de modo que influam enérgica e eficazmente sobre cada organismo, ordená-los em série gradual, harmonizá-los com o período de evolução orgânica, incutindo o prazer ou, ao menos, evitando o tédio, e constatar, enfim, pelos processos vários de mensurações corporais, os resultados de seu ensino, fazer, em uma palavra, o registro dos benefícios que provieram dos exercícios, e dos inconvenientes que determinaram (CASTELLANI FILHO, 2000, p. 142).

É na década de 1930, com a autorização da criação da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo e, no ano seguinte do Curso Especial de Educação Física no Estado do Espírito Santo, que se iniciam a formação do profissional de Educação Física. A salutar sob influência dos militares por estes terem algum grau de especialização na área.

Ainda no decênio de 1930 “é criada a Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD), com o objetivo de ser uma instituição padrão na formação do profissional de Educação Física” (MENEZES, 1997, p. 17). Dentre os profissionais sergipanos que fizeram esse curso na ENEFD, elencamos o professor Adalberto Campos Silva, que também lecionou nesta instituição de ensino.

A vinculação dos militares com a ENEFD dava um caráter técnico na formação dos professores de Educação Física. Esses profissionais eram caracterizados como técnicos, especialistas, instrutores ou monitores. Para Menezes (1997), esta visão passou a ser alterada na década de 1960.

Em análise ao Ofício nº 409, datado de 03 de agosto de 1952, Thétis Nunes encaminha para José Bonifácio Fortes Neto, diretor da Diretoria da Justiça e Interior/Serviço de Pessoal na época, uma portaria de rescisão de contrato do professor de Educação Física José de Góis Peixoto. Ao contrário dessa portaria, a de nº 7, datada de 30 de agosto, em resposta a esse pedido, resolve rescindir o contrato de José de Góis Peixoto, que agora aparece como

monitor e não mais como professor de Educação Física. Estes fatos revelam a visão que na ocasião tinha-se desses profissionais.

De acordo com Cruz e Costa (2017), não obstante se configurava ainda o discurso higienista de que a prática da ginástica e da educação física

[...] traria benefícios para a mente e o corpo, principalmente no que se referia à conduta moral dos indivíduos, *bem como visava ao desenvolvimento de um corpo bonito, saudável, disciplinado e higiênico* (CRUZ & COSTA, 2017, p. 118, grifo nosso).

Além de buscar-se modelar os hábitos e os corpos dos sujeitos, era cobrado que o ambiente escolar propiciasse elementos para concretude dessa prática, como nos afiançam Cruz e Costa (2017, p. 119), ao salientarem que “o espaço da sala de aula deveria estar adequado ao aluno para que este pudesse desenvolver melhor suas capacidades intelectuais”.

Dessa forma, foi possível inferir a atuação determinante da professora Maria Thétis Nunes na direção do Colégio Estadual de Sergipe, destacando ações concretas para as práticas da seção de Educação Física, como a solicitação do aterro lateral do colégio, a construção de muros no entorno da instituição, solicitação e aquisição de novos materiais, bem como a contratação de novos profissionais da área.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças**: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as suas contribuições para a História da Educação. Aracaju: Edise, 2015. 172 p.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). São Paulo, 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005a.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: traços de uma história. Aracaju: ADGRAF, 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Decreta a Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CORRÊA, Denise Aparecida. **A Educação Física escolar nas reformas educacionais do ensino secundário no governo de Getúlio Vargas**, 2008. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/2008/educere-denise-2008.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CRUZ, Ingrid Karla; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Intelectuais e higiene escolar na primeira república: os impressos como veículos de divulgação de ideais educacionais. In: SOUZA, Josefa Eliana; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; FREITAS, Anamaria G. Bueno de (Orgs.). **Intelectuais da educação e educação escolar**. Maceió: EDUFAL, 2017, p. 107-130.

DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. **Da “escolarização do esporte” à esportivização da escola**: tradição e espetáculo nos Jogos da Primavera de Sergipe (1964 – 1995). 2008. 333f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, Jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/ss/a/nCZxGgFHN8MVtq8C9kVCPwb/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 22.

FRANCO, Josevanda Mendonça. **Atheneu “Pedro II”**: memória e restauro. Aracaju: Edise, 2015.

GUIMARÃES, Mariza Alves. **Um olhar sobre a história da organização curricular da Educação Física no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1996)**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

HEROLD JUNIOR, Carlos. **A educação física na história do pensamento educacional**: apontamentos. Guarapuava: Unicentro, 2008.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A Educação em Sergipe**: (ano de 1956). Aracaju: Livraria Regina LTDA, 1958.

MENEZES, José Américo Santos. **Escola de Educação Física da universidade Federal de Sergipe**: uma possível história. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

OLIVA, Terezinha Alves de. Patrimônio documental e história: a importância dos arquivos escolares. In: ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças**: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as suas contribuições para a História da Educação. Aracaju: Edise, 2015. 172 p.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis**: uma vida. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SILVA, Patrícia de Sousa Nunes. **Médicos por formação, docentes em ação**: o perfil profissional e a formação do campo médico em Sergipe (1966-1973). 2018. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018.

SILVA, Ana Patrícia da; SILVA, Jaqueline Luzia da. Alfabetização e Educação Física: caminhando juntas rumo à cidadania. **Revista do Mestrado em Educação**, Universidade Federal de Sergipe. – Vol. 1, São Cristóvão, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Bousquel Bomeny; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **Instituições Escolares**: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, João Carlos da. (Org.) et al. História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

ⁱ A respeito das variadas denominações que o Atheneu Sergipense recebeu ao longo dos anos, consultar ALVES, Eva Maria Siqueira. O Atheneu Sergipense: traços de uma história. Aracaju: ADGRAF Gráfica e Editora, 2005. 148 p.

ⁱⁱ Consultar Silva (2016), para mais informações sobre o CEMAS.

ⁱⁱⁱ Nasceu em 6 de outubro de 1909, em Penedo (AL). Foi professor catedrático de Latim e Língua Portuguesa do Colégio Estadual de Sergipe.

^{iv} Consultar OLIVEIRA, Lizianne Torres. A arquitetura como palimpsesto: análise teórica da intervenção de restauração do antigo Atheneuzinho, atual Museu da Gente Sergipana. 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, 2019.

^v Tipo de bola que ajuda a queimar calorias e ficar mais forte.